

SUMÁRIO

Capítulo 1

O CENÁRIO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E O PAPEL DA ADVOCACIA NO SETOR RURAL.....	19
1. Medidas de Área: Alqueire <i>vs.</i> Hectare.....	19
2. O Direito Agrário no Brasil	20
3. Principais Atividades Agropecuárias no Brasil.....	21
3.1. Grãos e Cereais.....	21
3.2. Oleaginosas	22
3.3. Pecuária.....	22
3.4. Leite e Derivados	22
3.5. Fruticultura e Horticultura	22
4. A Importância do Agronegócio para o Desenvolvimento do País	22
4.1. Contribuição Econômica	23
4.2. Desenvolvimento Social	23
4.3. Desafios e Sustentabilidade.....	23
5. Intempéries e Pragas no Agronegócio.....	24
5.1. Eventos Climáticos Adversos.....	24
5.2. Pragas e Doenças	24
5.3. Impactos Econômicos.....	24
5.4. Medidas Mitigadoras	25
6. A Operação Carne Fraca e seus Impactos no Setor.....	25

6.1.	Repercussão Internacional.....	25
6.2.	Impacto nos Produtores Rurais.....	25
6.3.	Medidas Adotadas.....	26
7.	Greve dos Caminhoneiros e Pandemia de COVID-19	26
7.1.	Greve dos Caminhoneiros (2018)	26
7.2.	Pandemia de COVID-19	27
8.	Guerra na Ucrânia e Impactos no Agronegócio Brasileiro....	27
8.1.	Fertilizantes.....	27
8.2.	Preços de Commodities.....	28
8.3.	Energia	28
9.	Endividamento dos Produtores Rurais	28
9.1.	Fatores Contribuintes	28
9.2.	Dados do Endividamento.....	28
9.3.	Legislação e Prorrogação de Dívidas.....	29
9.4.	Jurisprudência.....	29
10.	Queimadas e Devastação Ambiental no Cerrado e Outros Biomass	30
11.	Impactos das Chuvas Extremas no Rio Grande do Sul (Maio de 2024)	30
12.	O Papel da Advocacia no Auxílio ao Produtor Rural	31
12.1.	Assistência Jurídica Preventiva	32
12.2.	Gestão de Crises.....	32
12.3.	Representação Judicial e Administrativa.....	32
12.4.	Atualização Constante	33

Capítulo 2

TEORIA GERAL DO CRÉDITO RURAL E SUA RELEVÂNCIA NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.....

1.	Crédito Rural: Um Direito Constitucional Vinculado à Polí- tica Agrícola.....	36
1.1.	Natureza Constitucional e Jurídica do Crédito Rural..	37
2.	Características Distintivas do Crédito Rural	37

2.1.	Juros Remuneratórios Limitados.....	37
2.2.	Juros Moratórios Limitados.....	38
2.3.	Prorrogação de Financiamento.....	38
3.	Finalidades do Crédito Rural: Custeio, Investimento e Comercialização.....	39
4.	O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).....	40
4.1.	Controle e Fiscalização do Crédito Rural.....	40
5.	O Plano Safra e os Incentivos Governamentais.....	42

Capítulo 3

A PRORROGAÇÃO DO CRÉDITO RURAL – DIREITO, PROCEDIMENTOS E IMPACTOS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

1.	O Crédito Rural e sua Função Social.....	44
1.1.	O Direito à Prorrogação das Dívidas no Crédito Rural.....	44
2.	Procedimentos para Solicitação da Prorrogação.....	46
2.1.	A Notificação Administrativa e o Pedido de Prorrogação.....	46
2.2.	O Papel da Instituição Financeira	47
2.3.	Ação Judicial para Prorrogação de Dívidas	48
2.4.	As linhas especiais de liquidação e amortização (resoluções CMN nº 5.247/2025 E 5.257/2025).....	50
3.	A Importância Econômica e Social da Prorrogação de Dívidas no Crédito Rural	50
3.1.	Impacto na Manutenção da Produção e da Renda no Campo.....	51
3.2.	Evitando o Aumento do Endividamento Rural.....	51

Capítulo 4

A BASE LEGAL DE FUNDAMENTAÇÃO DO CRÉDITO RURAL PARA DEFESA DO PRODUTOR CONTRA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....

53

1.	A Constituição Federal e a Política de Crédito Rural	54
1.1.	Função Social do Crédito Rural	54
1.2.	Proteção Constitucional à Pequena Propriedade Rural	55
2.	A Legislação Específica do Crédito Rural	56
2.1.	Lei 4.829/65 – A Base do Crédito Rural	56
2.2.	Decreto-Lei 167/67 – Cédulas de Crédito Rural	57
2.3.	Lei 8.171/91 – Política Agrícola Nacional	58
2.4.	Lei nº 14.711/2023 – O marco legal das garantias	58
2.5.	Resolução CMN nº 5.193/2024 – O crédito rural e a regularidade ambiental	59
3.	A Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor no Crédito Rural	59
3.1.	A Vulnerabilidade do Produtor Rural	60
3.2.	A Defesa do Produtor no Contexto da Prorrogação de Dívidas	60

Capítulo 5

A FUNÇÃO SOCIAL DO CRÉDITO RURAL.....	63
1. O Crédito Rural como Instrumento de Política Pública.....	64
1.1. Princípio da Função Social	64
2. A Prorrogação do Crédito Rural e o Fomento da Função Social	65
2.1. Aspectos Legais da Prorrogação	65
2.2. A Função Social da Exigibilidade do Crédito Rural.....	66
3. O Dirigismo Contratual e a Tutela do Produtor Rural.....	67
3.1. O Papel do Código de Defesa do Consumidor (CDC).....	68
4. O Fomento Estatal e o Crédito Rural.....	69
4.1. Os Subsídios e a Função Social do Crédito Rural	69

Capítulo 6

A INTERPRETAÇÃO DO MANUAL DE CRÉDITO RURAL (MCR) NO VIÉS CONSTITUCIONALISTA	71
--	-----------

1.	O Crédito Rural e a Ordem Econômica Constitucional.....	72
1.1.	Função Social do Crédito Rural	72
1.2.	Dirigismo Contratual no Crédito Rural	73
2.	A Prorrogação de Dívidas como Instrumento Constitucional de Dignidade.....	74
2.1.	Aspectos Legais da Prorrogação	75
2.2.	O Papel Constitucional da Capacidade de Pagamento....	75
3.	A Constitucionalização do Direito e o Crédito Rural.....	76
3.1.	Função Social dos Contratos no Crédito Rural	76
3.2.	Proteção ao Consumidor e o Crédito Rural.....	77

Capítulo 7

DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA A PRORROGAÇÃO DO CRÉDITO RURAL..... 79

1.	Laudo Técnico de Comprovação de Frustração de Safra ou Fatores Adversos	80
1.1.	Importância do Laudo Técnico	80
1.2.	Conteúdo do Laudo Técnico.....	80
1.3.	Responsabilidade e Credibilidade do Profissional.....	82
2.	Justificativa Formal e Relatório Financeiro	82
2.1.	Conteúdo da Justificativa Formal	83
2.2.	Relatório Financeiro: Análise de Impacto Econômico...	83
2.3.	Demonstração de Capacidade de Recuperação	85
3.	Documentação Complementar e Certidões Necessárias	85
3.1.	Certidões de Regularidade Fiscal	85
3.2.	Contrato de Financiamento e Cédula de Crédito Rural	87
3.3.	Documentos Pessoais e de Propriedade	87
4.	Documentação para programas especiais de renegociação ...	88
4.1.	Documentos para o "desenrola rural"	88
4.2.	Documentos para as linhas de crédito por calamidade (res. CMN 5.247/2025).....	89

Capítulo 8

O PEDIDO ADMINISTRATIVO PARA PRORROGAÇÃO DO CRÉDITO RURAL	91
1. A Importância do Pedido Administrativo no Processo de Prorrogação	92
1.1. Necessidade Jurídica do Pedido Administrativo	92
1.2. Benefícios do Pedido Administrativo	93
1.3. Consequências de Não Realizar o Pedido Administrativo	93
2. Documentos Necessários para o Pedido Administrativo	94
2.1. Laudo Técnico de Comprovação de Frustração de Safra.....	94
2.2. Justificativa Formal e Relatório Financeiro.....	95
2.3. Certidões e Documentos Complementares.....	96
3. Procedimento para Realização do Pedido Administrativo ...	96
3.1. Redação e Estrutura do Pedido	97
3.2. Apresentação e Protocolo.....	98
3.3. Aguardando a Resposta da Instituição Financeira.....	98
4. A resposta da instituição financeira e a negativa tácita	99
4.1. A Negativa Formal e a Ilegalidade da Motivação Genérica	100
4.2. O Silêncio do Banco e a Tese da Negativa Tácita.....	100

Capítulo 9

AS ILEGALIDADES NOS CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL	101
1. Juros Remuneratórios e Moratórios nos Contratos de Crédito Rural.....	102
1.1. Limites Legais dos Juros Remuneratórios	102
1.2. Juros Moratórios e Encargos no Inadimplemento	105
1.3. Capitalização de Juros	107
2. Tarifas, Despesas Administrativas e Venda Casada	109

2.1.	Cobrança Indevida de Tarifas e Despesas Administra- tivas.....	109
2.2.	Venda Casada: Proibição e Efeitos.....	110
2.3.	Cobrança de Seguros Não Contratados.....	111
3.	Outras Práticas Abusivas e Encadeamento Contratual.....	112
3.1.	Encadeamento Contratual e Renegociação Indevida...	113
3.2.	Operação Mata-Mata e Refinanciamento de Dívidas...	114
3.3.	Transformação de Cédula Rural em Cédula de Crédito Comum	115

Capítulo 10

SEGUROS AGRÍCOLAS..... 117

1.	Conceito e Finalidade do Seguro Agrícola	118
1.1.	Transferência de Riscos e Salvaguarda da Produção....	118
1.2.	Impacto Econômico e Segurança Jurídica	120
2.	Tipos de Seguro Agrícola e suas Diferenciações.....	121
2.1.	Seguro de Produtividade e Seguro de Faturamento	121
2.2.	Seguro Pecuário e Seguro Florestal.....	122
2.3.	PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.....	122
3.	Importância do Seguro Agrícola no Contexto Atual.....	123
3.1.	Segurança Alimentar e Estabilidade Econômica	124
3.2.	Redução de Riscos para Instituições Financeiras	124
3.3.	Adaptação às Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.....	125
3.4.	O Novo Cenário de Riscos: Estratégias Pós-Reformas de 2025	125

Capítulo 11

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NOS CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL..... 127

1.	Conceito e Natureza Jurídica da Alienação Fiduciária.....	128
----	---	-----

1.1.	Fundamentos Legais e Origem da Alienação Fiduciária ..	128
1.2.	Diferenças entre Alienação Fiduciária, Penhor e Hipoteca	129
1.3.	A Propriedade Resolúvel e a Posse Direta do Devedor...	129
2.	Aplicação Prática da Alienação Fiduciária no Crédito Rural	130
2.1.	Consolidação da Propriedade e Notificação Extrajudicial.....	131
2.2.	Alienação Fiduciária de Pequenas Propriedades Rurais...	132
2.3.	Desjudicialização e Execução Extrajudicial.....	133
3.	Jurisprudência sobre Alienação Fiduciária no Crédito Rural ...	134
3.1.	Proteção Constitucional da Pequena Propriedade Rural	135
3.2.	Limites à Consolidação Extrajudicial da Propriedade ...	136

Capítulo 12

TUTELA PROVISÓRIA NO ENDIVIDAMENTO RURAL	139
1. Conceito e Natureza da Tutela Provisória	140
1.1. Tutela de Urgência e Tutela de Evidência	140
1.2. A Natureza Precária da Tutela Provisória	140
1.3. Referibilidade e Temporariedade.....	141
2. Fundamentos para a Concessão da Tutela Provisória	141
2.1. Probabilidade do Direito e Risco de Dano	142
2.2. Evidência e Abuso de Direito	143
2.3. Reversibilidade da Medida e Caução.....	143
3. Aplicação Prática da Tutela Provisória no Endividamento Rural	144
3.1. Suspensão da Inscrição em Órgãos de Proteção ao Crédito.....	144
3.2. Embargos à Execução com Efeito Suspensivo	146
3.3. Antecipação de Tutela Recursal	146
3.4. A Tutela de Evidência e o Laudo Técnico Incontestável.....	147

Capítulo 13

AÇÃO MANDAMENTAL DE PRORROGAÇÃO DE DÍVIDAS RURAIS	149
1. Conceito e Estrutura da Ação Mandamental de Prorrogação de Dívidas Rurais.....	150
1.1. Fundamento Legal da Prorrogação de Dívidas Rurais...	150
1.2. Prorrogação Compulsória e Natureza do Crédito Rural	151
1.3. Estrutura da Ação Mandamental	152
2. Fundamentos Jurídicos e Doutrinários da Prorrogação de Dívidas Rurais	153
2.1. A Peculiaridade do Crédito Rural e a Doutrina	153
2.2. Aplicação da Lei e Prorrogação Compulsória	154
2.3. Jurisprudência sobre Prorrogação de Dívidas Rurais...	155
3. Aplicação Prática da Ação Mandamental de Prorrogação de Dívidas Rurais	156
3.1. Proteção contra Execuções e Penhoras de Bens Essenciais	156
3.2. Suspensão de Inscrições em Cadastros de Inadimplentes	156
3.3. Revisão de Encargos Abusivos e Cláusulas Contratuais	157
4. Estrutura da Petição	157
4.1. Introdução à Ação Mandamental	157
4.2. A Estrutura de um Pedido Mandamental	158
4.3. Fundamentos Jurídicos para a Prorrogação.....	158
4.4. Tutela Provisória e Medidas Cautelares.....	159
4.5. Revisão de Cláusulas Abusivas.....	159
4.6. Ilegalidades nos Contratos de Crédito Rural	160
4.7. Exemplo de Formulação de Pedidos na Ação Mandamental.....	160

Capítulo 14

AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS DE CRÉDITOS RURAIS 163

1. Conceito e Importância da Ação Revisional 164
2. Identificação de Cláusulas Abusivas nos Contratos de Crédito Rural 166
3. Fundamentos Jurídicos da Ação Revisional 168
4. Modelo Estrutural de Petição para Ação Revisional de Contratos de Crédito Rural 169

Capítulo 15

EMBARGOS À EXECUÇÃO E DEFESA CABÍVEIS 177

1. Conceito de Embargos à Execução e Legislação Aplicável 178
2. Fundamentos e Defesas Cabíveis nos Embargos à Execução... 180
 - 2.1. Inexigibilidade da Dívida e Excesso de Execução 181
 - 2.2. Penhora Incorreta e Impenhorabilidade de Bens Essenciais 182
 - 2.3. Alegação de Nulidade do Título Executivo e Irregularidades no Procedimento 183
3. Da Suspensão da Execução e do Efeito Suspensivo dos Embargos 184
4. Modelo Estrutural de Petição para Embargos à Execução de Contrato de Crédito Rural 186

CONSIDERAÇÕES FINAIS 185

- A Importância da Assessoria Jurídica no Crédito Rural 197
- Conclusão Final 197

REFERÊNCIAS 199